



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº. 15611/2023

1. DA UNIDADE REQUISITANTE

1.1. Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, por meio da Secretaria de Administração e Educação.

2. DO(S) OBJETO(S)

2.1. Aquisição de provimento de Internet, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

<i>Ítem</i>	<i>Especificação</i>	<i>Und</i>	<i>Quant</i>
1	SERVICO MENSAL DE PROVIMENTO DE INTERNET SOB DEMANDA contratacao minima de 100 mbps full duplex por mes, podendo chegar a 500 mbps full duplex por mes, que devera compreender no minimo a disponibilidade mensal de 99,9%, perda de pacotes media mensal = 0,01%, 24 horas por dia, 07 dias por semana; com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessarios para o funcionamento da internet, incluindo roteador; disponibilizar 01 ip fixo (real) para cada unidade de atendimento solicitado para atender as necessidades da municipalidade, sendo que o servico devera ser entregue nas localidades onde houver unidade de atendimento, espalhados por todo o territorio do municipio; caracteristicas minimas do roteador: interface: com no minimo 3 portas lan 10 /100/1000mbps, 1 porta wan 10/100/1000mbps, com no minimo 4 antenas externas; padroes wireless: ieee 802.11a/n/ac 5ghz, ieee 802.11b/g/n 2.4ghz; frequencia: 2.4ghz e 5ghz; taxa ode sinal: minimo de 300mbps em 2.4ghz, 867mbps em 5ghz; funcoes wireless: ativar / desativar radio wireless , wds bridge, wmm, estatisticas wireless; seguranca: 64 /128-bit wep, wpa/wpa2, wpa-psk/wpa2-psk; tipo de wan: ip dinamico /ip estatico/pppoe /pptp/l2tp(multi-ewan); dhcp: lista cliente dhcp, endereco de reserva; redirecionamento de portas: virtual server, dmz; vpn pass-through: pptp, l2tp, ipsec; controle de acesso: controle dos pais, controle de gerenciamento local, lista de hosts, programacao de acesso, gerenciamento de regras; protocolos: suporte ipv4 e ipv6	Mbps	6.000,00



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2	SERVICO MENSAL DE PROVIMENTO DE INTERNET SOB DEMANDA contratacao minima de 100 mbps full duplex por mes, podendo chegar a 500 mbps full duplex por mes, que devera compreender no minimo a disponibilidade mensal de 99,9%, perda de pacotes media mensal = 0,01%, 24 horas por dia, 07 dias por semana; com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessarios para o funcionamento da internet, incluindo roteador; disponibilizar 01 ip fixo (real) para cada unidade de atendimento solicitado para atender as necessidades da municipalidade, sendo que o servico devera ser entregue nas localidades onde houver unidade de atendimento, espalhados por todo o territorio do municipio; caracteristicas minimas do roteador: interface: com no minimo 3 portas lan 10 /100/1000mbps, 1 porta wan 10/100/1000mbps, com no minimo 4 antenas externas; padroes wireless: ieee 802.11a/n/ac 5ghz, ieee 802.11b/g/n 2.4ghz; frequencia: 2.4ghz e 5ghz; taxa de sinal: minimo de 300mbps em 2.4ghz, 867mbps em 5ghz; funcoes wireless: ativar / desativar radio wireless , wds bridge, wmm, estatisticas wireless; seguranca: 64 /128-bit wep, wpa/wpa2, wpa-psk/wpa2-psk; tipo de wan: ip dinamico /ip estatico/pppoe /pptp/l2tp(multi-ewan); dhcp: lista cliente dhcp, endereco de reserva; redirecionamento de portas: virtual server, dmz; vpn pass-through: pptp, l2tp, ipsec; controle de acesso: controle dos pais, controle de gerenciamento local, lista de hosts, programacao de acesso, gerenciamento de regras; protocolos: suporte ipv4 e ipv6	Mbps	6.000,00
---	--	------	----------

2.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 359, de 2023.

2.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir do(a) publicação do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5. O fornecimento do serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do provimento de internet, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento de sua missão institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

2.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Atualmente estar conectado na web é imprescindível para qualquer órgão público.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.3. A presente solicitação se faz necessária para contratação de empresa para realização de fornecimento de serviços de internet banda larga, pois tem a finalidade de atender as diversas atividades da Secretaria de Administração e Educação, cujo objetivo é a manutenção de serviços essenciais, as atividades de programas com a necessidade de funcionamento de internet, em todas as funcionalidades dos diversos setores.

3.4. A demanda por acesso à internet tem aumentado consideravelmente na medida em que mais serviços e funcionalidades são oferecidos na WEB. Por outro lado, muito mais sistemas estão sendo desenvolvidos ou para rodar a partir de browsers que requerem o acesso à internet ou pelo menos que fazem algum tipo de consulta na internet.

3.5. Visando melhor atendimento e ampliação do alcance das redes de internet das Secretarias, faz-se necessário a contratação de link de internet, para garantia do atendimento das atividades administrativas e acadêmicas, bem como melhor qualidade e velocidade nas conexões utilizadas, não dependendo apenas de um link para atendimento de servidores e alunos..

3.6. No sentido de garantir o pleno funcionamento das atividades desta municipalidade, a contratação de serviços de acesso à Internet visa possibilitar a comunicação da sede do Município com os órgãos de controle externo e interno, garantindo o acesso às ferramentas necessárias à realização dos trabalhos desenvolvidos pelo Poder Público Municipal.

3.7. Dessa forma, a contratação de uma empresa para fornecimento de internet é não apenas justificável, mas também altamente vantajosa para a prefeitura, garantindo uma infraestrutura de rede confiável, suporte técnico especializado e eficiência operacional.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. O uso da internet nas repartições públicas proporciona uma série de benefícios significativos, contribuindo para a eficiência, transparência e qualidade dos serviços prestados pelo governo.

4.2. Primeiramente, a internet oferece acesso rápido e fácil a uma ampla gama de informações relevantes para o desempenho das atividades dos funcionários públicos. Isso inclui recursos educacionais, documentos de referência, dados estatísticos e regulamentações governamentais. Essas informações são essenciais para a tomada de decisões informadas e a execução eficaz de políticas públicas.

4.3. Além disso, a internet facilita a comunicação e a colaboração entre os diferentes órgãos e departamentos governamentais. Emails, mensagens instantâneas e plataformas de colaboração online permitem a troca rápida de informações e ideias, o que agiliza processos internos e promove uma gestão mais integrada e eficiente.

4.4. Outro benefício importante é a possibilidade de disponibilizar serviços públicos online para os cidadãos. Isso permite que os residentes realizem consultas, solicitações e até mesmo pagamentos sem a necessidade de deslocamento até os órgãos municipais, trazendo mais conveniência e agilidade no atendimento às demandas da população.

4.6. Além disso, a internet também desempenha um papel crucial na promoção da transparência e da prestação de contas governamentais. Através de sites oficiais, redes sociais e plataformas de dados abertos, as repartições públicas podem divulgar informações sobre suas atividades, gastos, projetos e iniciativas, permitindo que os cidadãos acompanhem de perto as ações do governo e participem ativamente do processo democrático.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.7. Em resumo, o uso da internet nas repartições públicas traz uma série de benefícios que contribuem para uma administração mais eficiente, transparente e orientada para o cidadão. Essa ferramenta é essencial para promover o acesso à informação, facilitar a comunicação interna e externa, oferecer serviços públicos mais acessíveis e promover a participação cidadã na gestão governamental

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Os bens de informática a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente

Os bens de informática a serem utilizados na execução dos serviços não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.2. Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.2. A Contratada terá o prazo de até **15 dias** a partir do envio da Autorização de Fornecimento para ativação do serviço de fornecimento de Internet em todas as unidades indicadas pela contratante na referida Autorização de Fornecimento.

6.3. De acordo com a especificação do serviço pretendido, a disponibilização do serviço de internet se dará no sistema 24x7 (vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana).

6.4. O suporte técnico dedicado 24 horas por dia, 7 dias por semana, fornecido pelas empresas de internet é um diferencial importante. Em caso de problemas técnicos ou interrupções na conexão, contar com uma equipe especializada pronta para agir rapidamente minimiza o impacto nos serviços municipais e garante a resolução eficiente das questões.

6.5. Manutenção dos acessos com defeito: os serviços de assistência técnica serão realizados em qualquer horário, 7 (sete) dias por semana. Em caso de impedimento ao acesso de técnicos ao local da ocorrência, que seja de responsabilidade da Prefeitura, o tempo em que o técnico da concessionária permanecer impedido de realizar a manutenção será subtraído do prazo de reparo.

6.6. A contratada deverá atender aos chamados de manutenção com prazo máximo de até 02 horas para



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

início do atendimento, e resolução do problema de no máximo 04 horas para não interromper o trabalho desenvolvido nas Secretarias; Para que os chamados sejam resolvidos no prazo estipulado é necessário a disponibilização de um técnico no Município.

6.7. A contratada deverá disponibilizar canal eletrônico para abertura e acompanhamento de chamados.

6.8. Interrupções programadas para manutenções preventivas deverão ser informadas com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias úteis à FISCALIZAÇÃO para que seja acordado o horário e a data apropriada. 6.9. Os equipamentos deverão possuir fonte de alimentação multi-voltagem (110 V – 220V).

6.10. O serviço contratado compreende o fornecimento, instalação, configuração de equipamentos e ainda o monitoramento, suporte, correção e manutenção da solução, após a implantação, durante a vigência do contrato.

6.11. A licitante vencedora deverá manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços de telecomunicações contratados.

6.12. Aplicar e manter atualizados os sistemas operacionais de seus roteadores com os patches de segurança, bem como dos outros equipamentos de redes utilizados para a prestação de serviços a Administração Pública.

6.13. O meio de transmissão do canal deverá ser preferencialmente em fibra óptica. Caso não seja possível, a empresa ganhadora deverá indicar o meio de transmissão que utilizará desde que o método escolhido atenda ao objeto da contratação, sem que haja prejuízo na qualidade do sinal: como delays, queda de conexão, lentidão etc, e o mais importante, desde que atenda as necessidades desta Municipalidade para perfeito funcionamento dos programas utilizados nas repartições e outros sistemas que vierem a ser utilizados nos trabalhos desenvolvidos diariamente do Município.

6.14. . No ato da entrega dos serviços e durante a execução do contrato o responsável por seu acompanhamento e fiscalização (Fiscal), procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do objeto e demais condições constantes no Termo de Referência.

6.15. Executar os serviços conforme especificações do objeto pretendido, conforme o Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

6.16. Caberá à Contratada, além das responsabilidades resultantes do contrato, aquelas constantes da lei nº 9.472/97, do Termo de Concessão ou autorização emitido pela ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados;

6.17.. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.18. Designar um preposto perante a CONTRATANTE para prestar, de forma ininterrupta, todos os esclarecimentos necessários e atender as reclamações e solicitações que por ventura surgirem durante a execução do contrato;

6.19. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

6.20.. Disponibilizar aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

6.21. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Município de Santa Maria de Jetibá;

6.22. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 6.23.. Garantir a execução dos serviços nas quantidades contratadas e prazos acordados;
- 6.24. Assumir a responsabilidade por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual;
- 6.25. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação e funcionamento da internet devem ser fornecidos pela Contratada.
- 6.26. Em hipótese alguma a contratada poderá executar serviços sem a prévia autorização da CONTRATANTE, respeitando os limites ora contratados.
- 6.27. O custo do serviço deverá incluir todos os impostos, serviços e equipamentos necessários para instalação, manutenção e funcionamento dos enlaces de dados, tais como, frete, aluguel, substituição de equipamentos, gerenciamento, suporte técnico, ferramental, sistemas de gerenciamento, bem como todos outros e quaisquer custos que vierem incorrer o fornecedor pela prestação dos serviços.
- 6.28. Prestar assistência técnica durante toda a vigência do contrato, respondendo a solicitações de chamados, responsabilizando-se pelo cumprimento dentro dos limites pactuados neste contrato. A disponibilidade ou não do sistema de atendimento no momento dos chamados, por algum problema técnico, não exime a CONTRATADA a responsabilidade de proceder com as solicitações providas por outros meios como e-mail, telefone.
- 6.29. Poderá ser solicitado a contratação do provimento de internet para Setores novos da Municipalidade que vierem a ser construídos, alugados, remanejados, etc, que não foram incluídos na lista a ser estipulado em TR. O Provimento deverá ser realizado mediante autorização de fornecimento, seguindo as condições deste contrato. Também poderá ocorrer mudança de endereço de algum setor, dentro dos limites do Município, a mudança da internet deverá ser realizada sem ônus para a contratante.
- 6.30.. Deverá ser efetuada manutenção corretiva assim que for detectado algum mau funcionamento de enlaces e equipamentos, ou problemas em instalações feitas, de forma que voltem a funcionar perfeitamente;
- 6.31. Realizar o serviço de manutenção no local de instalação do equipamento sempre que possível, mas caso seja necessário remover algum equipamento, a contratada deve providenciar a substituição do equipamento por outro idêntico ou superior, em perfeito funcionamento, para então retirar o equipamento com defeito e encaminhá-lo para a manutenção, sem que haja interrupção dos serviços.
- 6.32. Todos os custos acarretados tanto pela troca de materiais/acessórios (transporte, instalação, e etc.) quanto pela realização de ajustes nas instalações (transporte, alimentação, e etc.) serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 6.33. A contratada deverá disponibilizar ao fiscal ou responsável as senhas e os logins dos roteadores e das redes de Wi-fi de cada ponto.

6.2. Local e horário da prestação dos serviços:

Descrição conforme **ANEXO I** desde Termo.

6.3. Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

6.3.1.O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:

7.1 Os serviços deverão ser aceitos, da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, no ato da entrega dos serviços, ocasião em que o responsável por seu acompanhamento e fiscalização (Fiscal Administrativo da unidade) procederá à conferência de sua conformidade com as especificações da Ordem de Serviço / Autorização de Fornecimento e demais condições constantes deste Termo de Referência. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento, através da assinatura do canhoto de recebido da Nota Fiscal.

b) **Definitivamente**, em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, caso não se verifique defeitos ou imperfeições, por servidor designado pela autoridade competente, através da aposição, data e assinatura do carimbo de “Atesto” na Nota Fiscal, juntamente com o relatório de fiscalização.

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3 O recebimento do objeto será de competência dos servidores lotados nas respectivas secretarias municipais que compõem o presente certame.

7.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores das secretarias municipais deverão ser solicitadas à Unidade Requisitante, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

7.5. O(s) objeto(s) deste Termo de Referência deverão ser entregues em locais indicados neste TR, e havendo mais de um local, nos locais informados posteriormente na Autorização de Fornecimento.

7.6. A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente à descrição e quantidades, e deverão estar acondicionados adequadamente.

7.9. Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do objeto.

7.10. Os custos de retirada e devolução do(s) objeto(s) recusado(s), bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.12. O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas no material ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contado a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

7.13. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (05) dias, a contar da notificação da contratada/fornecedor, às suas custas, sem prejuízo



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

da aplicação das penalidades.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 8.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica e Administrativa

- 8.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 8.7.1 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).
- 8.7.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.7.3 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.7.5 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.7.6 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.7.7 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

8.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.11 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.13 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9.1. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.2. Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

10.2. Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será **CONTINUADO**.

10.3 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.4. Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b)Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

k) Ato de autorização para o exercício da atividade de provimento de internet, expedido pela ANATEL, nos termos do Lei nº 14351/2022

l) Licença Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) pela Anatel e Licença de Alocação de Números de Sistema Autônomo (ASN) pelo Registro de Endereços da Internet para a América Latina e o Caribe (LACNIC), entre outros.

m) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.6. Qualificação Econômico-Financeira

10.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

10.6.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: **índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);**

10.6.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.6.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.6.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.6.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10.6. Qualificação Técnica

10.6.1.Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em plena validade;

10.6.2.Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.6.3.Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.6.4.Atestado(s) de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido o serviço compatível com o objeto da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público da Administração direta ou indireta, de qualquer dos poderes, ou ainda de entidade privada, informando CNPJ, razão social, endereço, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de execução, e a qualidade do serviço.

10.6.5.Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.6.6.Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.6.7. Fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.7.Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.7.1.A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

10.7.2.A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.7.3.A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

10.7.4. registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

10.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 10.7.7A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 483.600,00 (quatrocentos e oitenta e três mil e seiscentos reais), conforme custos unitários apostos na preço médio descrito no ETP.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Secretaria de Administração:

33904000000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
FICHA: 0000036
FONTE: 150000000001

Secretaria de Educação

33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA
FICHA: 000237
FONTE: 150000250000

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

13.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, com suas



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

posteriores alterações e legislação correlata.

Santa Maria de Jetibá-ES, 28 de fevereiro de 2024.

Gecilene Klein Welmer Braun

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

RESPONSÁVEIS PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Ivania Marquardt Campos

Secretária de Administração

Gloria Friedrich Seick

Secretária de Educação

SECRETARIA DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL	
PÓLOS	ENDEREÇO
Centro de Vivência do Idoso - SCFV	Rua Dalmácio Espíndula, 290,centro - Santa Maria de Jetibá - ES
CRAS Garrafão	Crg Alto Garrafão, 440 - Garrafão - Santa Maria de Jetibá - ES
SCFV - Criança e Adolescente	Rua 31 de Outubro, 200,Vila Jetibá - Santa Maria de Jetibá - ES
Conselho Tutelar	Rua Hermann Miertschink, 452,centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Secretaria de Ação Social - SEDE	Rua dos Evangélicos, 10,centro - Santa Maria de Jetibá - ES
CRAS Centro	Rua dos Evangélicos, 440, Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Casa de Passagem	Rua Hermann Miertschink, 436,centro - Santa Maria de Jetibá - ES
CREAS	Rua Germano Marguardt, s/n, Vila Nova - Santa Maria de Jetibá - ES
Terceira Idade de Rio Possmoser - SCVF	Rua adolpho L Ernesto, Alto Rio Possmoser - Santa Maria de Jetibá - ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Prefeitura SEDE	Rod Dalmácio Espíndula n 115, Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Sala de Informática (SEDE)	Rod Dalmácio Espíndula n 115, Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
SubPrefeitura	AV João Pedro Lauvers, S/N - São João do Garrafão - Santa Maria de Jetibá - ES
Cartório Eleitoral	Rua Augusto Jacob - Centro, nº 25 - Santa Maria de Jetibá - ES
DPM Garrafão	AV João Pedro Lauvers, nº 505 - São João do Garrafão - Santa Maria de Jetibá - ES
Mini Ceasa	Rod Afonso Schwambach, 5201 - São sebastião do Belém - Santa Maria de Jetibá-ES
Almoxarifado Central	Rua Floriano Berger, nº 294 - AP 201 - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Casa Pomerana	Rua Florencio Augusto Berger nº 705 - Praça - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Rodoviária	Rod Galerano Afonso Venturini n 489 - São Luis - Santa Maria de Jetibá - ES
Secretaria de Interior	Rua Henrique Eggert, S/N - São sebastião do Meio - Santa Maria de Jetibá - ES
Secretaria de Esportes (motoristas)	Rua Alfredo Potrazt nº 60 - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Secretaria de Esportes	Rua Alfredo Potrazt nº 60 - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Quadra de Esportes São Luis	Rua Henrique João Julio Kuster, nº 250 - São Luis - Santa Maria de Jetibá - ES
Incra	Av Frederico Grulker nº 1639 - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Mercado Municipal	Rua Hermann Miertschink S/N - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES

Secretaria de Transportes	Av. Frederico Grulke, s/n - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Ginácio de Esportes Hermann Roelke	Rua Alfredo Potrazt nº 197 - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Bombeiros Militares	Rua dos Imigrantes - nº 95 - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Defesa Civil	Rua dos Imigrantes - nº 95 - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Artes Marciais	Rua Henrique Potrazt, nº 359 - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Transbordo	São Sebastião do Meio S/N - Santa Maria de Jetibá - ES
Biblioteca	Rua Henrique Potrazt, nº 139 - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Arquivo Municipal	Av. Frederico Grulke - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Polícia Civil	Ladeira Manoel Candeia, nº 84 - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Praça	Rua Florencio Augusto Berger nº 705 - Praça - Centro - Santa Maria de Jetibá - ES
Monumento da Galinha	Av. Frederico Grulke, 573 - Santa Maria de Jetibá - ES